

ATA 2035ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO

1 Aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e dezoito, às nove horas e quarenta minutos, realizou-se a segunda milésima trigésima quinta reunião Plenária Ordinária do 2 Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e 3 4 nove. Estiveram presentes 17 (dezessete) conselheiras/os, sendo estas/es efetivas/os e suplentes, a seguir indicadas/os: Aristeu Bertelli da Silva, Evelyn Sayeg, Luciana Stoppa 5 dos Santos, Maria Rozineti Gonçalves, Regiane Aparecida Piva, Rodrigo Toledo, Suely 6 Castaldi Ortiz da Silva, Beatriz Borges Brambilla, Beatriz Marques de Mattos, Bruna 7 Lavinas Jardim Faleiros, Ed Otsuka, Edgar Rodrigues, Ivani Francisco de Oliveira, Larissa 8 Gomes Ornelas Pedott, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, Mary Ueta 9 e Rodrigo Fernando Presotto, conforme lista de presença anexa, onde constam os 10 registros de horários de ingresso e saída do quórum das/os conselheiras/os, conforme 11 decisão da 1973ª Plenária Ordinária, de 13 de maio de 2017. Também estiveram 12 presentes o gestor da Subsede de São José do Rio Preto, Fausto Martins Geantomasse, e 13 o gestor da Subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte, Juliel Modesto de Araújo. **ORDEM** 14 DO DIA: I) INFORMES - 1.1) Justificativas de Ausência - Foram registradas as 15 justificativas de ausência das/os conselheiras/os Clarice Pimentel Paulon, Guilherme 16 17 Rodrigues Raggi Pereira, Maria das Graças Mazarin de Araújo, Monalisa Muniz 18 Nascimento, Vinicius Cesca de Lima, Ivana do Carmo Souza e Maurício Marinho Iwai. 1.2) APAF de maio de 2018 - Luciana Stoppa dos Santos comenta que muitos pontos foram 19 discutidos, pois foi uma APAF que durou três dias, mas não foi possível concluir a 20 discussão de todos os pontos que haviam sido priorizados. Traz as deliberações: 21 Prestação de Contas – Exercício 2017 – Aprovada por unanimidade. Teto anuidades 2019 22 - Aprovada. Com isso, sabem o limite de valor que o CRP SP pode cobrar para as 23 anuidades. Farão a Assembleia Orçamentária para estabelecer o valor efetivamente, em 24 acordo com a categoria. Sistema Eletrônico de Informações - SEI! - Relata que as 25 informações são todas geradas, protocoladas, tramitadas e armazenadas nesse Sistema 26 que é um sistema na nuvem e que facilita os processos de trabalho. O Conselho Federal 27 de Psicologia começou a implantação em março do ano passado e já fez a primeira APAF 28 toda informatizada pelo SEI. Não tinham a expectativa que o processo seria tão célere. A 29 30 intenção é que todos os Conselhos Regionais funcionem com o SEI. Para isso, foi 31 estabelecido um programa de execução dessas modificações. Devido à logística do pessoal do Conselho Federal, que desenvolveu toda a metodologia, iniciarão o processo 32 pelo CRP do Distrito Federal. Considerando as especificidades do CRP SP, por ter uma 33



36

3738

39

40

41 42

43

44

45

46

47

48

49

50

5152

53

54

55

56

57

58

59

60 61

62

63

64

65

66

67

68

base de psicólogos muito maior, solicitou-se que o processo seja iniciado no CRP SP já na próxima etapa. Estão conversando com os trabalhadores da autarquia sobre o impacto que a implantação desse sistema teria na autarquia, mas, precisam nos próximos meses realizar processos internos de organização de fluxos. Em setembro devem começar as tratativas com os Regionais para formação das equipes de trabalhadores, para que o processo seja iniciado. É necessário, portanto, fazer um processo interno de organização desses fluxos. O Sistema faz com que seja reduzida a quantidade de papel, a burocracia e traz um avanço em termos de informatização de gestão. Para que, em breve, o processo seja iniciado em São Paulo, é preciso que os fluxos estejam desenhados. GT APAF -Tecnologia da Informação - Devido ao Sistema SEI, aprovou-se também a compra de uma ferramenta de armazenamento na nuvem. Também que seja feita uma mobilização para o cadastramento nacional de psicólogas, inclusive para que haja dados sobre as questões étnico-raciais e de pessoas com deficiência. Esse GT também discute a questão da Nova Carteira Profissional e foi aprovada em APAF os custos para confecção dessa nova carteira. Agora precisam disparar o processo licitatório para contratação da empresa que fará a confecção dessa carteira de identidade. Projeto de Desmembramento das Seções Rondônia e Acre e Criação do CRP 24 - Foi aprovada a criação do CRP 24, com jurisdição nos estados do Acre e de Rondônia. Trata-se de um desmembramento do CRP AM. Houve uma discussão sobre a questão territorial, pois o Regional era composto por vários estados, com grandes extensões territoriais. Ponderou-se sobre o que significaria essa criação, os custos envolvidos. Na próxima APAF, devem aprofundar essas questões. Mas, em 2019 já haverá eleições para esse novo CR. GT APAF – Unificado: PL Osmar Terra – Internação Forçada de Usuários de Álcool e Outras Drogas – Haviam deliberado que não pautaria a questão da internação forçada, pois havia esse GT. O assunto foi trazido à APAF e foi deliberado, de forma unânime, a importância do Conselho se posicionar no sentido de coibir as inscrições de pessoa jurídica para comunidades terapêuticas. O CPR SP apresentou uma questão política, de orientação e fiscalização estrutural com relação às inscrições de pessoas jurídicas. Existe dúvida, inclusive do ponto de vista legal, se podem negar o registro. A impressão é que o CFP mantém a posição que não podem negar, mas criar ferramentas que dificultem o processo de inscrição. A deliberação da APAF é a criação de uma minuta de resolução - semelhante ao que o CRP SP está produzindo -, e o CRP SP comporá o GT que terá essa responsabilidade. A expectativa é que em 2019 já tenham essa Resolução, que politicamente é muito importante. Regiane Piva acrescenta que deram como exemplo as comunidades terapêuticas e outras clinicas de internação, mas a ideia é normatizar para qualquer pessoa jurídica, trazendo as condições mínimas



71

72

73

74

75

76 77

78

79

80

81

82

83

84

8586

87

88

8990

91

92

93

94

95

96

97

98 99

100

101

102

103

que a empresa precisa ter para ser uma PJ registrada no CRP SP. Esse GT foi encerrado, para criação do GT que pensará na minuta de Resolução. Não chegaram a discutir sobre a orientação às/aos psicólogas/os que atuam em CTs, mas a ideia é que a/o representante do CRP SP possa levar essa provocação ao GT, para que possa haver algum encaminhado para a APAF de dezembro. GT APAF - Evidenciar a Resolução nº 018/2002 (Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a preconceito e discriminação racial) - Luciana Stoppa comenta que foi apresentada a identidade visual da campanha, que ficou muito boa. Os Regionais fizeram informes sobre o que têm discutido. Algumas propostas foram levantadas: discussão sobre saúde mental indígena, da população negra, pelas pesquisas do CREPOP e da RAPS. Houve um chamamento público para que sejam preenchidos os campos raça/etnia no Cadastro Nacional. Há a proposta de produzir um pequeno vídeo com pessoas negras para divulgação durante a campanha. Também trará as populações ciganas. 10° Congresso Nacional de Psicologia – Foi definido o tema do 10° CNP: "O (im)pertinente compromisso social da Psicologia na resistência ao Estado de exceção e nas redes de relações políticas, econômicas, sociais e culturais". Os três eixos do Congresso serão: Eixo 1: Organização democrática e representativa do Sistema Conselho; Eixo 02: O diálogo da Psicologia com a sociedade brasileira e suas relações com a democracia e direitos humanos; e, Eixo 3: Do Exercício Profissional. Definiram que cada Eixo terá subcategorias para orientar, pois entenderam que os Eixos, por serem muito gerais, causam confusão para as psicólogas entenderem exatamente a que se refere. O Regulamento do 10° CNP também foi aprovado, contendo as regras para compor a delegação, considerando o número de psicólogas inscritas em cada Regional e o cronograma de execução. De acordo com o cronograma, os Regionais deverão realizar seus Congressos Regionais - COREPs nos dias 30 e 31 de março ou 06 e 07 de abril de 2019. GT APAF - Eleições - Foi aprovado, também, o Regimento Eleitoral. Foi extinta a modalidade de votação por correspondência. Permanecem as modalidades de votação por internet ou em posto de votação. O CRP SP levou os dados de que houve muitos votos por correspondência, mas avaliando os custos envolvidos, decidiu-se a extinção dessa modalidade. Considerações: Regiane Aparecida Piva informa que essa foi a primeira APAF que participou nesta gestão. Viu um clima melhor do que era quando foi anteriormente, mesmo em relação a grupos políticos diferentes. Luciana Stoppa completa que foi uma APAF de muito debate, com os Regionais menores também expondo suas necessidades. 1.3) Jornal PSI - Ivani Francisco de Oliveira comenta que fará um informe sobre o Jornal Psi e, se o plenário entender assim, podem transformá-lo em um ponto de pauta. Justifica que a jornalista teve umas questões de saúde e não pôde estar



105

106107

108

109

110

111112

113

114

115

116

117

118

119

120

121122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134135

136

137

138

presente à plenária. Na semana passada se reuniu com ela e organizaram a pauta, considerando pautas que tinham restado da edição anterior. A próxima edição será a 193 e contemplará os meses de agosto, setembro e outubro. Possuem indicação de pauta para a seção "Orientação", de falar sobre o abuso no esporte, abordando a situação recente da ginástica artística brasileira, trazendo também as opiniões de profissionais que trabalham na área. O Núcleo Psicologia e Esporte já indicou fonte. Para a seção "Perspectiva do usuário", a proposta é trazer a população trans, discutindo a saúde mental. Será a abordado o cotidiano, as perspectivas e as dificuldades referentes ao cuidado da saúde mental. Em São Paulo há o CRT - Centro de Referência e Treinamento que faz o atendimento à população trans. Estão buscando junto às psicólogas e assistentes sociais que atuam nesse espaço a indicação de pessoas que queiram falar sobre seu atendimento. Considera que vai ser uma matéria importante, pois recentemente foi publicada resolução a respeito dessa população. Também há a sugestão de, nesse espaço, fazer apresentação do ensaio fotográfico da premiação do Prêmio Arthur Bispo do Rosário, uma vez que houve a contratação de um profissional para cobrir o Prêmio. Há a proposta de fazerem a divulgação, também, do Prêmio Jonatas Salathiel, mas precisam verificar com o Núcleo se já há identidade visual para essa premiação. Não possuem sugestões para as "Capa" e para a seção "Subsedes". Na última edição, trouxeram na capa o desmonte do SUS que teve uma relevância grande nas mídias. Para a secão "Psicologia e Cotidiano", farão uma matéria sobre o Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, que será realizado em novembro. Na seção "América Latina" estão intentando entrevistar uma psicóloga mexicana, que será uma das palestrantes que estará no Congresso da ULAPSI. Ela é filósofa, preta, ensaísta, professora e tem especialidade em Teoria Crítica Feminista. Assim, entende que podem aproveita a ida de representantes do CRP SP para a o Congresso da ULAPSI, na Costa Riva, para trazer uma discussão com esse viés. Para a seção "Um dia na vida" devem trabalhar com o recorte de crianças e adolescentes que aguardam adoção. A fonte seria algum profissional que atua em um local de abrigamento. Para essa matéria, indicaram que Bruno Motta, do Núcleo Justiça, poderia fazer indicação de profissionais. O cronograma previsto é de terem o boneco pronto no dia 03 de agosto, para avaliarem, dia 07 de agosto terem a versão final e no dia 08 de agosto, encaminharem para a gráfica. Dia 16 de agosto, o jornal deve estar pronto e impresso, para distribuição. Considerações do plenário: 1) Luciana Stoppa sugere que para as seções "Capa" e "Subsedes" aguardem a discussão que está pautada nesta plenária sobre os núcleos e as comissões gestoras, para que tenham noção do panorama político que está rolando em cada um dos núcleos, em termos de demandas. O que também ajudará a



141142

143

144

145

146147

148

149

150

151

152

153

154

155

156157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169170

171

172173

pensar o mês da Psicologia. A intenção é que o debate traga uma discussão mais aprofundada sobre a política, para que não seja um Dia da Psicóloga vazio de debates importantes. Portanto, entende que a discussão sobre a matéria de capa deve ser realizada depois de discutirem aquilo que cada núcleo e comissão gestora está vivenciando. Mas, sua sugestão inicial é que a matéria de capa seja "Dia da Psicóloga", com algum mote. A mesma sugestão, de aguardar a discussão sobre os núcleos e subsedes, para definirem a seção "Subsedes". 2) Bruna Lavinas Jardim Falleiros comenta que entendeu que já haviam superado a questão de que as pautas relacionadas a algum núcleo fossem debatidas, minimamente, com esse coletivo. E o Jornal como um todo deveria ser debatido pelo plenário. Considera complicado a seção "Perspectiva do usuário" com a população trans e, para tanto, entende que deveria ser feita discussão com o Núcleo Sexualidade e Gênero, para que pudessem refletir sobre a questão. A Resolução CFP nº 01/18 modificou muito a atuação da/o psicóloga nesse cenário. Anteriormente, havia um falso entendimento, criado dentro do sistema de saúde, da obrigatoriedade do processo terapêutico por dois anos e os usuários estavam mobilizados nesse entendimento. O posicionamento que estão tendo é que esse processo terapêutico não seja obrigatório. Assim, se trouxerem esse assunto na seção, a/o psicóloga/o falarão dessa obrigatoriedade, que é um entendimento que o CRP SP está tentando descontruir. É algo que ainda está sendo discutido dentro do próprio CRP. Então, caso não seja possível o debate com o Núcleo antes no prazo para essa edição, que fique para a próxima edição. 3) Ivani Oliveira pontua que, a princípio, tinha avaliações muito positivas das usuárias, então, não vislumbrou um conflito, a princípio, sobre como estavam lidando com o processo transexualizador. 4) Larissa Gomes Ornelas defende que se consulte Bruno Motta, inclusive que ele próprio pode ser a fonte. Ela própria e Maria Mercedes Guarnieri também podem ser a fonte, e traria uma articulação entre o Núcleo Justiça e o Núcleo Criança e Adolescente. 6) Regiane Piva indica também Carlos Renato Nakamura, membro do Núcleo Justiça. Montaram um vídeo que pode ser subsídio em relação à questão ao direito à convivência familiar e comunitária. 7) Bruna Falleiros defende que esse informe vire ponto de pauta. E que o núcleo não deve acompanhar a matéria que vai sair no jornal, ele precisa avaliar se aquela matéria é pertinente, se faz sentido e se está sendo construída da maneira correta. Não adianta tentar incluir pontos na matéria para tentar transformá-la em adequada. 8) Indica-se a necessidade de estabelecimento de critérios para a indicação de uma subsede para a seção "Subsedes". 9) Luciana Stoppa dos Santos, considerando a fala inicial de Ivani de Oliveira, de que se houvesse o entendimento de que o "Jornal Psi" deveria ser um ponto de pauta, que se colocasse dessa forma, sugere que o informe seja



176

177178

179

180

181182

183

184

185

186

187

188

189

190

191192

193

194195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

transformado em ponto de pauta. 10) Aristeu Bertelli defende que a discussão sobre o depoimento sem dano seja ponto contínuo da plenária. Considera que devem utilizar o espaço do jornal para apontar como, cada vez mais, a magistratura, um poder nada democrático, sem participação social, está se impondo sobre outra profissão. 11) Luciana Stoppa indica a importância de que nesse Jornal já seja feita chamada para as etapas do 10° Congresso Nacional da Psicologia, considerando que no segundo semestre já iniciarão os eventos preparatórios. 12) define-se que o Jornal Psi deve ser ponto de pauta para discussão, que deverá ser feita após a discussão do ponto "Panorama Político CRP SP". 1.4) GT Sistema Prisional - Informa que foi divulgada uma pesquisa com as/os trabalhadoras/es, psicólogas/os que atuam na Vara de Execução, ou seja, não é restrita ao Sistema Prisional, também abrange as/os profissionais que atuam na Defensoria Pública e no Ministério Público, por exemplo. Ela encaminhou essa guestão à Comunicação e a mesma está sendo divulgada nos meios de comunicação. Não sabe se o GT Sistema Prisional, da APAF, consequiu fazer esse informe. II) APROVAÇÃO DE ATAS - Suely Castaldi Ortiz da Silva relata que na Plenária Ordinária de maio estava pautada a aprovação de três atas: 1991 (02/09/17), 1999 (07/10/17) e a 2007 (11/11/17). Há propostas de alterações encaminhada previamente por Bruna Falleiros na minuta da ata da Plenária 1999. Encaminhamento: O plenário homologa as atas das plenárias 1991 (02/09/17), 1999 (07/10/17), com as alterações sugeridas, e 2007 (11/11/17). III) CALENDÁRIO DE REUNIÕES - 2º SEMESTRE DE 2018 - Luciana Stoppa dos Santos apresenta a proposta de Calendário: Julho - dia 13, Plenária Ética; dia 20, Plenária de Julgamento; dia 21 – Plenária Ordinária. O VII Congresso da Ulapsi será realizado entre do dia 26 a 28. Agosto – dia 10. das 14h às 18h, Plenária de Julgamento; dia 10. das 18h30 às 22h, Plenária Ética; dia 11, Plenária Ordinária; dia 17/08 e 18/08, Encontro de Sede e Subsedes e Fórum de Gestoras; dia 31, das18h30 às 22h, Plenária Ética. Dia 27 de agosto é comemorado o Dia da Psicóloga. Setembro - dia 1°, das 09h às 12h30h, Plenária Ética; dia 21, das 18h30 às 22h), Plenária Ética; dia 22, das 09h às 17h, Plenária Ordinária. Outubro - dia 05, Assembleia Geral Ordinária; dia 06, das 09h às 12h30, Plenária Ética; dia 19, das 14h às 18h, Plenária de Julgamento; dia 19, das 18h30 às 22h, Plenária Ética; dia 20, das 09h às 17h, Plenária Ordinária. Novembro – dia 09, das 18h30 às 22h, Plenária Ética; dia 10, das 09h às 17h, Plenária Ordinária; dia 23, das 18h30 às 22h, Plenária Ética; dia 24, das 09h às 12h30, Plenária Ética; dia 30/11 e 01/12, Encontro de Sede e Subsedes e Fórum de Gestoras. Do dia 14 a 18, será realizado o V CBP: Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão. Dezembro - dia 07, das 18h às 22h, Plenária de Julgamento; dia 08, das 09h às 17h, Plenária Ordinária; dia 14, das 18h30 às 22h, Plenária



210

211

212213

214

215

216217

218

219

220

221

222

223

224

225226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239240

241

242

243

Ética; dia 15, das 09h às 12h30, Plenária Ética. Nos dias 14, 15 e 16, será realizada a APAF - Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças do Sistema Conselhos. Considerações do plenário: 1) Maria Mercedes Guarnieri solicita a alteração da data de realização do Encontro de Sede e Subsedes e Fórum de Gestores, indicados para 17 e 18 de agosto, em razão da realização de um Seminário com a Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio em 18 de agosto. Relata ainda que o evento programado com a ABRAPSO – Associação Brasileira de Psicologia Social, está previsto para o dia 18 de agosto e também tem conflito com o Seminário. Solicita, também, a revisão desta agenda. Faz, praticamente, um ano que estão construindo o evento em parceria com a Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio. 2) Aristeu Bertelli questiona sobre as plenárias de julgamento que aparecem no período da tarde e se essa agora será a prática. Questiona também sobre a nova chamada para a Assembleia Geral realizada no primeiro semestre, onde combinaram que seria chamada uma nova Assembleia para findar a discussão. 3) Luciana Stoppa dos Santos relata que a intenção é fazerem as duas deliberações na Assembleia que estão prevendo para outubro, liberação do imóvel e o valor das anuidades. 4) Aristeu Bertelli não concorda que seja realizada uma única Assembleia, inclusive, por considerar que a data proposta está distante. Considera que há o risco de terem o mesmo imbróglio se misturarem as discussões. 5) Regiane Aparecida Piva pontua que não se recorda de que haviam combinado algum prazo para realizarem a nova assembleia. 5) Bruna Falleiros pondera que seria importante ter outra assembleia exclusivamente para concluir a anterior e, considerando que é uma atividade mais importante que o Fórum de Gestoras, por exemplo, poderia ser na mesma data. 6) Rodrigo Toledo recorda que a alternância de horários das Plenárias de Julgamento (entre período da tarde e da noite), já haviam sido combinadas na ultima aprovação de calendário. 7) Luciana Stoppa propõe que aprovem o calendário da forma proposta, e que já fique o indicativo de que discutam a questão da assembleia na próxima plenária, após consulta ao encaminhamento da assembleia anterior. 8) Aristeu Bertelli da Silva pede que seja registrado, palavra por palavra o que dirá: "É temerário, é perigoso, é baixo a gente acabar misturando duas assembleias numa só. É temerário, é perigoso e é baixo fazer esse tipo de manobra para misturar duas assembleias, e eu peço que isso conste nesses termos". 9) Luciana Stoppa dos Santos indica que alterar o Fórum de Gestores para outra data, no mês de agosto, é inviável, porque precisaria ser na Semana da Psicóloga. Sugere que seja alterado para os dias 14 e 15 de setembro. Ou outro, agendado para novembro é para o Planejamento Estratégico. 10) Rodrigo Toledo solicita que, apesar de aprovarem a priori o calendário com indicativo de plenárias éticas e de julgamento, a COE possa alterá-las



245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255256

257

258

259

260

261

262

263264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274275

276

277

278

conforme a demanda de atividades, podendo, mantendo as datas, alterarem de plenária ética para julgamento e vice-versa. Votação: Com a alteração da data do Fórum de Gestores de 17 e 18 de agosto para 14 e 15 de setembro, a conselheira presidenta. Luciana Stoppa dos Santos, submete à votação do plenário a aprovação do calendário. Favoráveis: Edgar Rodrigues, Rodrigo Toledo, Beatriz Mattos, Beatriz Brambilla, Larissa Ornelas, Ivani Francisco de Oliveira, Regiane Aparecida Piva, Rodrigo Presotto, Maria Mercedes Guarnieri e Suely Castaldi Ortiz da Silva. Contrários: Mary Ueta; Bruna Falleiros, que justifica que embora compreenda a importância de que aprovem o calendário para que ocorram as plenárias éticas e de julgamento, não agendaram duas assembleias, o que poderia ser facilmente feito, mas que não o foi por resistência da mesa e, considerando que a deliberação da categoria é superior à deliberação deste plenário; Evelyn Sayeg, que justifica que considera um desrespeito com a categoria a manipulação realizada, uma vez que combinaram que seria realizada uma nova assembleia, e apenas juntaram a pauta em outra assembleia que já ocorreria; Aristeu Bertelli da Silva que justifica que não aprova porque lhe parece ter um vício de manobra da mesa diretora e do grupo Cuidar da Profissão, para poderem, uma vez mais, passarem o rolo compressor em cima de tudo. Não dá para aprovar o calendário de maneira tão temerária, embora reconheça a necessidade de tocarem as questões de ética. Abstenções: Luciana Stoppa dos Santos. Encaminhamento: Com 10 (dez) votos favoráveis, 04 (quatro) contrários e 01 (uma) abstenção é aprovado o calendário do CRP SP para o segundo semestre de 2018: Julho dia 13, Plenária Ética; dia 20, Plenária de Julgamento; dia 21 – Plenária Ordinária. O VII Congresso da Ulapsi será realizado entre do dia 26 a 28. Agosto - dia 10, das 14h às 18h, Plenária de Julgamento; dia 10, das 18h30 às 22h, Plenária Ética; dia 11, Plenária Ordinária; dia 31, das18h30 às 22h, Plenária Ética. Dia 27 de agosto é comemorado o Dia da Psicóloga. Setembro - dia 1°, das 09h às 12h30h, Plenária Ética; dias 14 e 15, Encontro de Sede e Subsedes e Fórum de Gestoras; dia 21, das 18h30 às 22h, Plenária Ética; dia 22, das 09h às 17h, Plenária Ordinária. Outubro – dia 05, Assembleia Geral Ordinária; dia 06, das 09h às 12h30, Plenária Ética; dia 19, das 14h às 18h, Plenária de Julgamento; dia 19, das 18h30 às 22h, Plenária Ética; dia 20, das 09h às 17h, Plenária Ordinária. Novembro – dia 09, das 18h30 às 22h, Plenária Ética; dia 10, das 09h às 17h, Plenária Ordinária; dia 23, das 18h30 às 22h, Plenária Ética; dia 24, das 09h às 12h30, Plenária Ética; dia 30/11 e 01/12, Encontro de Sede e Subsedes e Fórum de Gestoras. Do dia 14 a 18, será realizado o V CBP: Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão. Dezembro - dia 07, das 18h às 22h, Plenária de Julgamento; dia 08, das 09h às 17h, Plenária Ordinária; dia 14, das 18h30 às 22h, Plenária Ética; dia 15, das 09h às 12h30,



280

281

282283

284

285

286287

288

289

290

291

292

293

294

295

296297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308309

310

311

312

313

Plenária Ética. Nos dias 14, 15 e 16, será realizada a APAF – Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças do Sistema Conselhos. IV) APRECIAÇÃO DE PROCESSOS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS – Suely Castaldi Ortiz da Silva submete ao plenário a apreciação dos processos das pessoas física e jurídica inscritas nesse CRP SP. Encaminhamento: Foram subscritos os seguintes processos: Pessoa Física – 557 (quinhentos e cinquenta e sete) novas inscrições, 101 (cento e uma) reativações, 17 (dezessete) inscrições secundárias, 40 (quarenta) inscrições por transferência, 2 (dois) suspensão da solicitação por transferência, 53 (cinquenta e três) cancelamentos a pedido, 5 (cinco) cancelamento por óbito, 24 (vinte quatro) cancelamentos por transferência, 21 (vinte um) cancelamentos de inscrição secundária, 81 (oitenta e um) cancelamento por não apresentação do diploma. Pessoa Jurídica - 57 (cinquenta e sete) registros, 04 (quatro) cadastros, 1 (um) alteração contratual, e 11 (onze) cancelamentos a pedido. Total geral dos processos analisados: 974 (novecentos e setenta e quatro), conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. V) APRECIAÇÃO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA - Na modalidade Residência Multidisciplinar deferiu-se 01 (um) na área da saúde. Na modalidade Curso Credenciado deferiu-se 03 (três) na área de Psicologia do Trânsito, 01 (um) na área de Psicologia Clínica e 03 (três) na área de Neuropsicologia. Na modalidade Cursos IES deferiu-se 01 (um) na área de Escala/Educacional, 13 (treze) na área de Trânsito, 05 (cinco) na área de Psicologia Clínica, 02 (dois) na área de Psicologia Hospitalar, 01 (um) na área de Psicopedagogia, 03 (três) na área de Neuropsicologia e 02 (dois) na área de Saúde. Indeferiu-se 01 (um) na área na área de Psicologia Clínica. Na modalidade Concurso deferiu-se 01 (um) na área de Psicologia do Trânsito, 02 (dois) na área de Psicologia Esporte, 02 (dois) na área de Psicologia Clínica, 07 (sete) na área de Psicologia Hospitalar, 03 (três) na área de Psicologia Social, 01 (um) na área de Neuropsicologia e 01 (um) na área de Psicologia da Saúde. Assim, o total geral é de 53 (cinquenta e três) títulos de especialistas ratificados, sendo os 52 (cinquenta e dois) deferidos e 01 (um) indeferido, conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. Corrige-se, ainda, a informação sobre o número de processos indeferidos, sendo o correto 04 (quatro) indeferidos. VI) CREDENCIAMENTO DE SITES - Foram analisados 24 (vinte quatro) processos. Encaminhamento: O plenário concedeu parecer favorável a 20 (vinte) pedidos com protocolos: 506448930 (06/52912), 206748422 (06/119161), 006259690 (06/135547),106341867 (06/111310),606349032 (06/28927),706448413 (06/6482/J102387), 206118917 (06/109866), 806559298 (06/96905),406508185 (06/76914), 106660060 (06/141942), 406018278 (06/101233), 106318121 (06/73269), 206259534 (06/84668), 106259711 (06/141808), 206059593 (06/116060), 806549142



315

316

317318

319

320

321322

323

324

325

326

327

328

329

330

331332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

(06/5429/J118818). 706617780 (06/113479), 606247391 (06/88806),606660088 (06/137639) e 306560415 (06/63504). Parecer não se aplica para 04 (quatro) pedidos com protocolos: 406560293 (06/143017), 306359662 (06/88183), 506860762 (06/128125) e 306859523 (06/121780), conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. PRIORIZAÇÃO DA PAUTA – Luciana Stoppa dos Santos, além de Comissão de Ética -COE, que é um ponto permanente, sugere a priorização dos pontos "Comissão de Políticas Públicas" e "Panorama Político CRP SP", considerando, inclusive, o Dia da Psicóloga e para que possam se apropriar do que está acontecendo em cada um dos núcleos e poderem tirar posicionamentos e direcionamentos políticos. Depois, as questões relativas ao Jornal Psi e "Recomposição das Comissões Gestoras, Permanentes, Núcleos Temáticos, GTs e Representações em Órgãos de Controle Social". Encaminhamento: O plenário aprova a priorização de pontos de pauta sugerida. VI) COMISSÃO DE ÉTICA -COE - Rodrigo Toledo informa que estão neste momento, também, fechando a Campanha de Mediação e todos os mediadores estão no CRP SP, por isso, precisa sair de vez em quando da plenária. Trata-se da atividade que será realizada em agosto. 7.1) Tablet -Rodrigo Toledo informa que estão fazendo testes há algum tempo, trazendo para algumas/uns conselheiras/os durante os julgamentos, o que ocorreu em vários julgamentos. O tablet mais simples não deu certo porque acaba a bateria rápido, é difícil de fazer marcação no texto. Testaram também o Lev (e-reader) e acreditam que outros dispositivos semelhantes, como o Kindle tem as mesmas funcionalidades, e são complicados para fazer registros e a marcação dos itens necessários no momento do julgamento. Utilizaram tablet emprestado pela COF, que é o utilizado nas fiscalizações, que possui uma tela maior, é mais rápido, tem funcionalidades de marcação de texto e a bateria durou o tempo do julgamento. Pede ao plenário que traga suas impressões sobre o teste dos equipamentos e apresenta duas preocupações: a primeira é o custo, porque serão necessários, no mínimo, 15 (quinze) tablets. O custo médio do tablet utilizado pela COF é de R\$ 2.500 (dois mil e quinhentos reais), portanto, o custo para aquisição dos 15 (quinze) tablets seria alto. A segunda, é sobre a guarda desses equipamentos, em especial em momentos de atividades em que as/os funcionárias/os da Comissão de Ética não estão acompanhando o trabalho, o que gera a preocupação de quebra ou perda, ou qualquer situação do tipo. Considera que embora possa ser oneroso em um momento inicial, a longo prazo terão benefícios, pois há um grande trabalho em produzir as cópias do processo para o julgamento, que depois precisam ser descartadas. Com o tablet, o processo de arrumar a plenária também é mais simples, em duas horas é possível inserir todo o conteúdo necessário. E podem desabilitar o uso da internet do tablet, para que se



350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379380

381

382

383

garanta que todos estão acompanhando a plenária. Considerações do plenário: 1) Regiane Aparecida Piva cita que o uso do tablet já havia sido aprovado em outra plenária. Entende que precisam considerar a hora de trabalho das funcionárias gastam produzindo as cópias e depois as descartando. 2) Bruna Falleiros concorda com a aquisição dos tablets e relata que sobre a preocupação de perda, pode ser instalado aplicativo de localização, para que seja possível rastreá-los. 3) Beatriz Brambilla ressalta o cuidado em relação à bateria, para que mesma não acabe e que haja regras para carregarem, caso seja necessário. Também é importante que haja a demarcação da linha para conseguirem acompanhar o processo, e se houver a possibilidade, controle de alterações, com destaques, grifos e comentários, porque é algo que fazem no processo escrito. 4) Aristeu Bertelli entende que o uso do tablet pode ser um passo para que passem a ter processos digitais, em que as partes poderão acessar, a qualquer momento, o processo. Cita que em um julgamento que estava, as cópias tinham os votos, que inclusive as partes receberam. 5) Rodrigo Toledo pondera que os materiais para a plenária em que o voto ficou disponível foram encaminhados com pouco tempo e, portanto, a trabalhadora teve que fazer as cópias em 30 minutos. Finalizaram assim porque o prazo ficou apertado e, com isso. ocorreu o erro. Encaminhamento: Será dada continuidade aos testes, considerando, também, outros tipos de tablets e tablets que utilizem caneta. Depois, trarão novamente esse ponto para discussão em plenária. 5.2) Impressões na COE - Foi realizada uma Sindicância sobre um processo cuja cópia teria ficado disponível. Essa Sindicância fez alguns encaminhamentos em relação às impressões da COE. Conforme já havia informado anteriormente em plenária, a COE não está conseguindo cumprir, uma vez que o próprio funcionamento de aparelhagem dos equipamentos disponíveis não permite. Há uma reunião marcada com o Departamento de Informática para poderem tentar resolver a questão. 5.3) Justificativas de Plenárias - Rodrigo Toledo recorda que havia ficado encaminhado de que ele consultasse as trabalhadoras da COE sobre as convocações para as plenárias. Relata que na ocasião em que apresentou isso, em plenária anterior, já trazia o encaminhamento sugerido pelas trabalhadoras. Assim, solicita-se que todas/os conselheiras/os justifiquem sua ausência ou confirmem sua presença respondendo ao email da convocação de cada plenária, exclusivamente para o remetente do e-mail de convocatória e para a coordenadora técnica da COE, Luciana Mantovani. Agora, somente será enviado um e-mail com a convocatório e indicando prazo para resposta de ausências ou confirmações de presença. Após decorrido esse prazo, encaminharão outro e-mail, informando a composição do quórum e a justificativa. Diferente do que acontece atualmente, em que encaminham e-mail para cada alteração de quórum. O fluxo de e-



386387

388

389

390

391392

393

394

395

396

397

398

399

400

401 402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414415

416

417

418

mails somente será maior quando não consequirem fechar quórum. 5.4) Prazo para envio de Pareceres e Relatórios - Rodrigo Toledo pontua que Aristeu Bertelli, em ponto anterior, destacou uma ocorrência em uma Plenária de Julgamento (impressão de cópias do processo ético com os votos). Considera importante relembrar que havia um combinado político de envio, com antecedência de no mínimo 5 (cinco) dias, dos relatórios e pareceres, tanto das reconsiderações quanto dos julgamentos. Esse envio com antecedência é para que a assessoria técnica e as atividades administrativas que antecedem a plenária ética e a plenária de julgamento possam ser feitos a contento, minimizando erros. Tiveram problemas nas duas últimas plenárias de julgamento. Um deles, foi o envio no mesmo dia do julgamento do documento e da finalização, pela assessoria técnica, às 17h30, sendo que a plenária se iniciaria às 18h, que culminou no problema já relatado anteriormente. A outra questão está relacionada ao julgamento realizado no dia anterior em que, embora a equipe técnica tenha feito contato, sendo o primeiro em 05 de junho, recordando sobre o julgamento e abrindo o diálogo com a assessoria técnica, para falar sobre o documento, o julgamento foi realizado na data de ontem e ainda não obtiveram retorno. Foram feitos diversos contatos, por e-mail, por WhatsApp, por telefone e não obtiveram retorno. Já havia confirmação das partes e seus advogados, que não são da cidade de São Paulo. E, no próprio dia do julgamento, ainda não havia retorno do conselheiro, quando já se questionava se ele estaria no julgamento e se o julgamento seria mantido. Então, às 14h30, decidiram, em diálogo com a Diretoria, cancelar o julgamento. Conseguiram falar com todas as partes, que ainda não haviam se deslocado para São Paulo, mas considera oneroso objetiva e subjetivamente para essas pessoas. Agora, precisam agendar uma nova data para esse julgamento. Então, as assistentes técnicas e ele próprio, enquanto presidente da Comissão de Ética, solicitam que combinem politicamente o prazo mínimo de 05 (cinco) dias para atendimento do trabalho realizado pelas assistentes técnica e para reforçar o combinado político de atendimento aos prazos e de garantia de que o trabalho seja bem feito e que a categoria seja bem atendida na função precípua. Considerações do plenário: 1) Regiane Aparecida Piva sugere que seja anotado o número da plenária em que isso ocorreu, para que conste em ata. Sugere que repactuem o compromisso com relação aos prazos, dada a justificativa. 2) Luciana Mantovani comenta que estão trabalhando assustados na COE. E ontem, devido a essa ausência não esperada do conselheiro, precisou, assustada, às 18 horas, tentar localizar alguma/um conselheira/o para compor o quórum. Por sorte, duas conselheiras puderam compor o quórum, se não pudessem, o primeiro e o segundo julgamento também teriam sido cancelados. Portanto, reflexo não é somente para as



421 422

423

424

425

426 427

428

429

430

431

432

433

434

435436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449450

451

452453

partes, mas para as/os trabalhadoras/es também. 3) Comenta-se que há, também, uma questão jurídica séria envolvida. Não podem ter o julgamento impugnado, porque escreveram algo que possa levar a isso, sem o devido cuidado. Claro que, essas coisas em algum momento podem acontecer, mas não devido a não terem dado devido cuidado com o processo. 4) Rodrigo Toledo pontua que o ocorrido foi na 2034ª Plenária Ética Julgamento, realizada em 15 de junho de 2018, das 18h às 22h. O conselheiro Vinicius Cesca, até o horário de encerramento do expediente das/os funcionárias/os da Comissão de Ética, às 18h, ontem à noite, não havia dado retorno sobre a participação na plenária. Pede ao plenário que encaminhe o prazo mínimo para envio do relatório com prazo mínimo de 5 (cinco) dias. Patrícia Ramalho, assistente técnica da COE, que faz a assessoria para os relatórios e pareceres, encaminhou e-mail 10 (dez) dias antes recordando e se colocando à disposição para auxiliar com o relatório. Dependendo do tipo do julgamento, a assessoria é algo que demanda bastante tempo. Então, além do combinado político e do cuidado e da responsabilidade com a função precípua e do atendimento à categoria, solicita também o cuidado às atividades desenvolvidas pelas trabalhadoras do Conselho, em especial, neste momento as trabalhadoras da Comissão de Ética. Em relação ao relatório que foi entregue no mesmo dia do julgamento, relata que foi realizado no mês de maio e o conselheiro responsável era o conselheiro Aristeu Bertelli. 5) Bruna Falleiros considera que essa pauta é bastante personalista. Assim, questiona se outras/os conselheiras/os também já descumpriram o prazo. Portanto, entende que ou se nomeia todas/os conselheiras/os que descumpriram o prazo, ou não nomeiam nenhum. Considera antiético agir da forma como estão agindo. Considera que vale uma correção, porque várias/os conselheiras/os reiteradamente cometem esta falta. 6) Rodrigo Toledo pontua que o descumprimento já ocorreu diversas vezes, desde que está à frente da Comissão de Ética, porém, as duas situações relatadas comprometeram explicitamente o julgamento, a realização do julgamento: sendo uma delas o cancelamento e na outra o voto ficou disponível para todas as pessoas, e que deveria estar disponível exclusivamente para ao conselheiro relator. 7) Aristeu Bertelli pede que façam um levantamento de todos os atrasos de todas/os conselheiras/os, para que também constem em ata. Foram nomeadas/os duas/dois conselheiras/os, sendo que um deles foi ele próprio. Assim, questiona quais são as/os outras/os conselheiras/os que também comprometeram nesse sentido. Porque, para nomearem, devem nomear todas/os, não apenas aqueles que agradam a um grupo político. 8) Rodrigo Toledo pondera que estão o tempo todo falando sobre o excesso de trabalho das trabalhadoras e o quanto isso compromete as atividades. Fazer esse levantamento faria com que Patrícia Ramalho perdesse a possibilidade de



456457

458

459

460

461462

463

464

465

466

467

468

469

470471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484 485

486

487

488

fazer uma assessoria técnica responsável, cuidadosa, como ela sempre faz. É uma decisão que o plenário deve fazer, mas indica seu posicionamento. 9) Luciana Mantovani, coordenadora técnica da COE, comenta que houve outros casos em que ocorreram atrasos, ao invés de encaminharem com prazo de 5 (cinco) dias, encaminharem com 4 (quatro), por exemplo. Mas, nunca aconteceu, como dessa última vez, de a pessoa nem responder, de não informar que não participará do julgamento. Nesta gestão, assim como na anterior, isso não tinha ocorrido. Foi uma situação bastante atípica, do conselheiro que julga não vir e não avisar que não virá. Quando mandam fora do prazo, mas com alguns dias de antecedência, gera horas extras para a funcionária Patrícia Ramalho, um desgaste dela. Entregando no dia, não tem o diálogo, a réplica e a tréplica. Relata que também exerceu essa função durante muito tempo. O relatório é função da/o conselheira/o, às/aos assistentes técnicas/os cabe a assessoria. Portanto, colocam sugestões e a/o conselheira/o responde. Portanto, entregar com alguns dias de antecedência tem um impacto muito diferente de entregar no mesmo dia. Entregando no mesmo dia, a análise feita por Patrícia precisa ser mais generalista, sendo que ela é bem detalhista. Considera que o importante é que o relatório de julgamento tenha qualidade. Sobre o levantamento suscitado, não quer opinar se deverá ser feito ou não, pois é uma decisão das/os conselheiras/os, mas coloca que a situação está bem difícil, com muitas atividades na COE. 10) Rodrigo Presotto defende que encaminhem a proposta da COE, de reafirmarem os prazos, que são prazos já vigentes. Em qualquer processo de trabalho há eventos "sentinelas", e precisam falar sobre eles, independentemente de quem tiver sido o protagonista. 11) Ed Otsuka considera importante que façam a discussão a fim de qualificar os processos e para garantir que as/os trabalhadoras/es tenham condições que garantam minimamente o bem-estar delas/es para exercerem suas funções. Porém, considera complicado trazerem um caso ocorrido no dia anterior, sem dar a possibilidade de a pessoa envolvida explicar o que aconteceu. Considera distorcido pensarem em uma qualificação de processos que estão trazendo sofrimento há bastante tempo, a partir de casos específicos. Não gostaria que tivessem que chegar ao ponto de terem que citar todos os casos em que ocorreu o atraso, mas quem provocou essa situação foi quem citou os casos específicos, pois, quem foi citado tem o direito de exigir que as demais pessoas também sejam citadas. A questão colocada não é de onerar as/os funcionárias/os da COE, mas de se ter responsabilidade quando se faz esse tipo de citação. 12) Rodrigo Toledo pontua que traz a reflexão articulada com dois pontos: o trabalho precípuo das/os conselheiras/os, na responsabilidade em relação à categoria, no caso, as pessoas envolvidas no processo e o elemento relacionado às trabalhadoras. Encaminhamento: O



491

492493

494

495

496 497

498

499

500

501

502

503

504

505506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518519

520

521522

523

plenário reafirma que os relatórios devem ser encaminhados à equipe técnica da COE com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias à data do julgamento, bem como o compromisso com o quórum das plenárias éticas, mantendo a participação nas plenárias para a qual tinha confirmado a participação. INTERVALO - A conselheira Luciana Stoppa dos Santos interrompe a plenária, por 1 hora, para almoço, às 12 horas e 25 minutos. Às 13 horas e 30 minutos a plenária é reiniciada. Beatriz Brambilla sugere que incluam na Ordem do Dia, o "Dia da Psicóloga". Luciana Stoppa dos Santos relata que no ponto priorizado "Panorama Político CRP SP" a ideia é trazer subsídios, também, para pensar a questão do "Dia da Psicóloga". VI) COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 6.1) Inclusão de psicólogos nas equipes mínimas de saúde da família - Beatriz Borges Brambilla informa que algumas psicólogas a escreveram sobre a discussão da inclusão de psicólogas/os na equipe mínima de saúde da família. No E-cidadania há o seguinte texto: "Apesar de sua atuação na Atenção Básica ser reconhecida como muito importante, o psicólogo ainda não faz parte da equipe mínima de saúde da família, o que acaba gerando muitas vezes sobrecarga de trabalho aos outros profissionais, equipe desestruturada, insegurança e aumento de custo. É imprescindível que a população, os próprios Psicólogos e seus representantes atuem na mudança de cenário, fazendo com que os responsáveis pelas políticas públicas de saúde no âmbito geral reconheçam as habilidades e influências da intervenção psicológica na atenção primária e vantagens de agregação de Psicólogos nas equipes mínimas de saúde da família". Ainda não conversou com Ed Otsuka sobre o assunto, pois o assunto chegou há pouco tempo e decidiu pautar para discutir em plenária. Já está com cerca de 18 (dezoito) mil apoios. Com 20 (vinte) mil, se torna Sugestão Legislativa. Gostaria de propor, porque há uma tendência bastante corporativista de compreender que este seria o caminho, mas a defesa que fazem no plenário é de defesa da Atenção Básica com outra lógica e houve mudança na política de Atenção Básica. No Planejamento Estratégico, havia uma ação de mapeamento de raca. Questiona como dialogam com a categoria que vem pedindo psicólogas/os nas UBS (Unidades Básicas de Saúde) para além do NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família). Propõe que discutam como podem enfrentar a lógica da obrigatoriedade, pois entende que há uma lógica de psicoterapia e de exclusividade de psicólogas/os, e o quanto isso vai na contramão dos princípios do SUS (Sistema Único de Saúde). Foi discutido na última APAF e no CREPOP, a importância de ampliarem o debate sobre a presença das Psicólogas na RAS (Redes De Atenção à Saúde). Assim, entende que o plenário precisa se posicionar acerca do tema. Considerações do plenário: 1) Evelyn Sayeg relata que foi realizado um debate em um Congresso da Fenapsi - Federação Nacional dos Psicólogos a respeito, pois entendiam



526

527528

529

530

531532

533

534

535

536

537

538

539

540

541542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554555

556

557558

que se tratava de uma pauta sindical. Talvez seja o caso de discutir a questão junto com as entidades sindicais. Nesse Congresso, o que discutiram é que era algo que ia contra os princípios de organização da Atenção Básica. Não são todos os territórios que são cobertos com a estratégia de saúde da família, muitas UBS tradicionais vivem uma lógica ambulatorial, que não é de prevenção, promoção e cura, que está prevista no SUS e na política de Saúde e Atenção Básica. Entende que é importante se aproximarem da rede de psicólogas/os que atuam no NASF, por exemplo, para entender quais são, de fato, suas questões. Sabe que há uma grande demanda de trabalho, inclusive porque não é somente demandas de saúde mental que chegam para a Psicologia. Para ela, o papel do CRP nesta discussão não deve ser debater se deve ou não haver, pode-se discutir com o sindicato sobre isso. O papel é produzir referências técnicas com relação a isso. O CREPOP já tem referências sobre o NASF, mas que podem aprimorar. 2) Ed Otsuka informa que já havia uma discussão no Núcleo Saúde sobre essa questão e que pode ser retomada. Também considera importante construir alguns subsídios para atuação. O papel do NASF não é bem definido, o que gera muitos conflitos tanto com a unidade de saúde, quanto com a própria rede. Concorda que é uma questão que deve ser discutida com o sindicato. 3) Rodrigo Presotto sugere a parceria com outros conselhos para entender qual a situação do sucateamento da Atenção Básica, pois essa é a porta de entrada da população. Ainda, a produção de um documento explicitando a condição da Atenção Básica no estado de São Paulo. Pode ser feita uma Roda de Conversa em cada território. 4) Ed Otsuka comenta que pode pautar o assunto na próxima reunião do Núcleo Saúde, na próxima semana, mas entende que o caminho é discutir o novo Plano de Atenção Básica e, a partir disso, podem trazer discussão sobre outros aspectos, que obviamente trazem a questão da atuação da psicóloga, mas que não fique apenas limitado a questão da Psicologia. Considera que seria interessante chamarem discussões para falar sobre esse novo plano, os retrocessos que este novo plano trás e pensar também em criar algum subsídio, algumas referências para a atuação e compreender o que significa cotidianamente e concretamente este novo plano e de que forma se posicionarão. 5) Aristeu Bertelli recorda que na gestão passada, para a Campanha dos 25 (vinte e cinco) do ECA, contrataram uma pesquisadora para auxiliar na construção de uma pesquisa. Entende que podem pesquisar para poderem, de fato, fazer uma avaliação e que seria interessante se outros conselhos pudessem estar junto. Utilizar a pesquisa para ensejar essa discussão para que possam, inclusive, pensar um novo plano de Atenção Básica ou fomentar uma discussão sobre o novo Plano de Atenção Básica. Podem transformar essa provocação, que foi, em essência, corporativista, em algo que seja interessante à categoria



561562

563

564

565

566567

568

569

570

571

572

573

574

575

576577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587588

589

590

591

592

593

e à sociedade. 6) Luciana Stoppa dos Santos considera que é um tema importante para que produzam algo realmente impactante à realidade profissional das psicólogas que atuam nessa política. Gostou da proposta de Rodas de Conversa, mas entende que não conseguiriam realizar em todas as subsedes, mas podem garantir que seja realizada em territórios diversos em termos de organização da política. Talvez possam ser atividades preparatórias para uma grande discussão em agosto sobre o tema e que pode culminar na pesquisa. Mas, pondera que em agosto faltará apenas um ano para o fim da gestão, então, não sabe se terão fôlego para fazer essa pesquisa. Mas podem produzir um documento fundamentado nas discussões realizadas. 7) Beatriz Borges Brambilla pondera que será complicado organizar essas atividades para agosto, considerando que ainda será necessária discussão no Núcleo Saúde. A partir de agosto, começam a pesquisa da RAPS e todas passam por todas as subsedes. Edson Dias e as estagiárias do CREPOP articulam com as subsedes, que indicam as pessoas que participarão. A pesquisa do CREPOP não tem caráter científico, é uma pesquisa que fala sobre exercício profissional e algumas dimensões. Sugere que o Núcleo Saúde construa junto com o GT sobre Atenção Básica e com outros Conselhos e entidades, inclusive sindicais. Pois, há uma dimensão que é sobre a atuação das/os psicólogas/os, uma dimensão das questões básicas da Atenção Básica. Entende que há uma dimensão fundamental que é que o que oferecem como representação do sucateamento, que seria um eixo para construir uma nova proposta de política para Atenção Básica. O processo deve oferecer as três dimensões: a situação da Atenção Básica, a atuação das/os psicólogas/os na Atenção Básica e as perspectivas para uma política adequada, que dê conta dos princípios do SUS, das discussões de financiamento, de debates epidemiológicos que estão postos. Esse grupo pode ser interdisciplinar, com a participação de outros conselhos e entidades, mas que tivesse um prazo para a realização dessas atividades para o segundo semestre e que essas atividades pudessem acompanhar o calendário da pesquisa da RAPS, porque seria possível combinar as duas pesquisas, da RAPS e da RAS. Há uma orientação do CREPOP nacional para que os Regionais não produzam pesquisas de maneira independente. Portanto, não se trata de um documento de referência técnica. A pesquisa sobre a RAPS ainda não foi disparada pelo CFP, que passará qual será a metodologia. 8) Luciana Stoppa dos Santos sistematiza as propostas de encaminhamento: necessidade de investigarem da prática das/os psicólogas/os na Atenção Básica; que essa pesquisa seja feita concomitantemente à pesquisa do CREPOP sobre a RAPS no segundo semestre; que o Núcleo Saúde constitua um GT interinstitucional com outros Conselhos da saúde, entidades e movimentos sociais e que esse GT possa trazer as questões a serem



596597

598

599

600

601 602

603

604

605

606

607

608

609

610

611612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624625

626

627

628

investigadas, discutidas e debatidas neste momento. O GT não precisa ter seus membros nomeados neste momento, mas fica o indicativo de necessidade de articulação. 9) Considerando que o grupo de trabalho "Condições e Processos de Trabalho" do CRP SP não está articulando ações, indica-se que, talvez, fosse interessante fazerem uma reunião com o sindicato para tratar dessa pauta específica, que são as demandas que têm sido recebidas no âmbito das políticas sociais e públicas. 10) Bruna Falleiros Considera que as discussões estão profícuas, e que o encaminhamento está sendo que volte ao plenário, mas que as instâncias internas, CPP e NS, podem realizar as discussões. Porque há outros pontos de pauta que estão pendentes há bastante tempo e as negligenciam para fazer discussões que poderiam ser feitas nesses coletivos. 11) Ed Otsuka acrescenta que podem trazer informes das discussões feitas pelo Núcleo e a Comissão de Políticas Públicas. Considera importante otimizarem os espaços e trazerem as questões somente quando for necessário. 12) Pontua-se que trazer a discussão propicia a transversalização das temáticas. É importante que o plenário tome ciência, seja como informe, ou como ponto de deliberação. O NS tem como uma de suas diretrizes a transversalização. Encaminhamento: O plenário define que a Comissão de Políticas Públicas deve discutir conjuntamente com o Núcleo de Saúde sobre as estratégias para a discussão e as ações que devem ser realizadas relativas a essa temática e, posteriormente, trazer as propostas de encaminhamentos para deliberação na plenária de julho de 2018. VII) SOLICITAÇÃO DE LICENÇA DE CONSELHIERO – Luciana Stoppa dos Santos informa que o conselheiro Vinicius Cesca de Lima encaminhou há pouco, sua justificativa de ausência nesta plenária, bem como a solicitação de afastamento das atividades do CRP SP até a plenária de julho, exclusive. Encaminhamento: O plenário toma ciência das solicitações. VIII) COMISSÃO **DE SINDICÂNCIA 02/17 – PORTARIA 047/17 –** Ivani Francisco de Oliveira pontua que, considerando a solicitação de afastamento do conselheiro Vinicius Cesca, precisam deliberar acerca da Sindicância XXX. Relata que já ouviram diversos trabalhadores. Seria realizada uma nova reunião da Comissão de Sindicância ontem, 15 de junho de 2018, mas o conselheiro Vinicius Cesca de Lima, presidente da Comissão, não compareceu. Entende que podem solicitar nova prorrogação de prazo, mas correm o risco de ele ainda não vir, considerando a solicitação de afastamento. Portanto, precisam saber como é possível encaminhar. Sugere-se a consulta à assessoria jurídica, para que tragam quais providências necessárias. Encaminhamento: O Departamento de Secretaria deverá encaminhar consulta ao Jurídico, com urgência. Também deve-se consultar a conselheira Ivana Francisco de Oliveira e o conselheiro Edgar Rodrigues, membros da Comissão, sobre o andamento dos trabalhos. Caso seja necessária solicitação de dilação de prazo,



630

631632

633

634

635

636637

638

639

640

641

642

643

644

645

646647

648649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659 660

661

662

663

farão a solicitação de dilação na próxima Plenária Ética. IX) PANORAMA POLÍTICO DO CRP SP – Luciana Stoppa dos Santos comenta que foi solicitado a cada coordenadora/or de subsede, de núcleo temático e de comissão que faça falas de 05 (cinco) minutos, para apresentarem as questões de seus coletivos, a fim de garantir que a palavra possa circular e fazer um debate sobre as questões expostas. Pede que todos apresentem e o debate fique para o final da exposição. Reforça que a discussão deve ser orientada ao Dia da Psicóloga e à pauta do Jornal Psi. Núcleo Assistência Social – Alexandre de Brito Ângelo relata que o núcleo dialoga com a política de assistência social. Passaram por um processo de desmonte dessa política pública. Diante desse contexto, o Núcleo Assistência Social, desde o ano passado, vem fazendo ações de combate a esse desmonte. Neste ano, tem atuado com dois focos: a defesa incessante e intransigente do SUAS e o diálogo junto aos trabalhadores do SUAS em seus territórios. Estavam imbuídos de fazer a campanha contra o desmonte da assistência social, em articulação com o Conselho Federal e dar continuidade à campanha do Fórum Nacional de Usuários do SUAS junto com o Conselho Federal, no estado. Já fizeram a abertura da Campanha Estadual, trazendo o mote do preconceito ao usuário. Lançarão alguns materiais em relação ao desmonte. No momento, estão realizando as Rodas de Conversa, para manter um diálogo mais próximo com as/os trabalhadoras/es do SUAS e retomar a formação de base dos territórios. O CPR SP compõe o Fórum Estadual das/os trabalhadoras/es do Sistema Único de Assistência Social (FETSUAS-SP). O CRP é integrante do FETSUAS-SP, enquanto fundados, membro e articulador. Estão organizando o Encontro Nacional de Trabalhadores do SUAS, que ocorrerá no próximo dia 23 de junho. Relata também que possuem cadeira no Conselho Estadual da Assistência Social, que tem sido necessária disputa, pois esse colegiado não está reconhecendo a presença da cadeira de trabalhador, ocupada pelo CRP SP. Ele próprio é o representante e tem sido impedido de participar por não ter sido nomeado, apesar de o CRP SP ter feito sua indicação há sete meses. Informa, ainda, que estão organizando o Seminário Estadual de Assistência Social, a ser feito no final de setembro e já estão organizando as etapas preparatórias nas subsedes. Núcleo Emergências e Desastres - Reginaldo Branco da Silva encaminhou um informe de que o Núcleo não tem tido produção e está esvaziada as possibilidades de execução do próprio núcleo. Núcleo Educação - Maria Rozineti Gonçalves comenta que há uma lógica corporativa capitalista de apropriar-se da educação pública, gratuita e laica, especialmente por grandes corporações internacionais. Na discussão do Plano Nacional de Educação já havia a perspectiva de se ter uma base com um plano comum, mas perceberam que não eram educadores que estavam discutindo. Participaram de uma audiência pública da base



666

667

668

669

670

671672

673

674

675

676

677

678

679

680 681

682

683

684

685

686

687

688

689

690 691

692

693

694

695

696

697

698

do ensino básico, mas quase todas as proposições que levaram não foram aceitas. O mesmo tem ocorrido com as discussões sobre a base curricular do Ensino Médio. Os enfrentamentos tem sido feitos junto com os grupos que o CPR SP compõe, como o Fórum Municipal de Educação de São Paulo e o Fórum Estadual de Educação. Considera que a Psicologia tem sido reconhecida nesses espaços. Relata que a Conferência Nacional de Educação (CONAE) foi adiada diversas vezes, porque o governo vem postergando a verba para sua realização. Relata que também há a questão da medicalização que é reacendida com diversos Projetos de Lei. Participam das audiências públicas e é sempre muito difícil, pois há um grupo com uma lógica medicalizante muito grande. Outro desafio é a questão da "Escola Sem Partido". Está representando o CRP SP no FCAFS, onde há uma discussão grande contrária a EAD para cursos superiores na área da saúde. Larissa Ornelas informa que esteve no ato de abertura da Conferência Nacional de Educação. Eu tive no ato de abertura. O CRP SP teve um estande no evento e considera que foi muito importante. Levaram o material da Campanha contra a medicalização, de 2017. Puderam fazer debates com muitos dos educadores presentes. Foi uma participação bastante ativa do CRP. Esta semana lançaram uma nota sobre as mudanças na Política Nacional de Educação Especial, trazendo também a questão da medicalização, de acesso aos serviços da política de educação especial, que consideram ter concepções bastante retrógradas. Maria Rozineti Goncalves pontua que poderiam fazer uma nota, junto ao Núcleo Sexualidade e Gênero, sobre as questões de gênero nas escolas. Núcleo Trânsito e Mobilidade Urbana - Juliel Modesto comenta que, desde o início se preocuparam em garantir a participação de psicólogas que compunham o Conselho Estadual de Trânsito, órgão que compõe o Sistema Nacional de Trânsito, por uma estratégia política, uma vez que entendem que as deliberações do COREP são, em sua grande maioria, pautas sindical, e que deveriam ser discutidas no CETRAN - Conselho Estadual de Trânsito, que tem assumido uma de suas atribuições, que é o julgamento de recurso em segunda instância. Não têm construído a política no âmbito estadual. Com a participação das psicólogas que trabalham nesse espaço, tem sido possível um diálogo com o CETRAN, que faz com que Conselho de Psicologia seja também um grupo de interesse que exerce influência na construção da política. Mas, muitos grupos internos exercem influência e não permitem que o CRP SP avance. Tem conseguido articular ações, sempre em contato com o Sinpsi – Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo. O Detran não tem mais setor de Psicologia, o que causa mais precarização do trabalho e estão fazendo ações com o intuito de mostrar que esse setor precisa ser reativado. Organizaram uma série de ações, uma por subsede, com o intuito que consigam registrar as discussões realizadas e



701

702703

704

705

706707

708

709

710

711

712

713

714

715716

717

718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

729730

731

732

733

organizar o conteúdo para um Caderno Temático. Entendem a necessidade de ampliar a inserção da Psicologia no campo das Políticas Públicas de Mobilidade Urbana e de Transporte. Participam, logo no início, antes até do núcleo ter sido constituído, de uma audiência pública sobre o novo Código de Trânsito. Outras duas audiências sobre o assunto foram realizadas. Então, há essa nova política que vai se estabelecer e que se reorganiza para reposicionar a Psicologia, estabelecendo um novo modelo de atenção à saúde e que vai, aos poucos, substituindo a avaliação psicológica. Assim, precisam discutir a atuação da Psicologia no campo do trânsito. A Psicologia está sendo retirada e substituída por um modelo de atenção biológico, baseado no exame toxicológico. Trouxeram essa discussão para a plenária e construíram a proposta de uma atividade para oferecer elementos para a Câmara dos Deputados votarem o Projeto. Em reunião com a Diretoria, entenderam que por ser de abrangência nacional, deveria ser encaminhado para o CFP. Existe há bastante tempo uma discussão que se intensificou com as discussões do Núcleo, que é de inserção da avaliação psicológica para CNH, em relação a tabela de honorários, que é muito distinta no território nacional, sendo que a extensão de trabalho é a mesma, com a mesma complexidade. A Resolução do Conselho Nacional de Trânsito que trata dessa matéria diz que deve ser cumprida a Tabela Referencial do Conselho Federal de Psicologia, mas não há essa atividade na tabela. Essa deve ser uma questão tratada pelo Sindicato, com apoio do CRP SP. **Núcleo Saúde** – Ed Otsuka comenta que as questões relacionadas à saúde estão sendo acompanhadas por todos. Há grandes retrocessos, como discutiram no ponto sobre o novo plano de atenção básica. Levariam a discussão para o Congresso da ABRASME, mas ele foi cancelado e reagendado para setembro. Levarão a discussão, também para o Congresso da Abrasco. Há a nova lei antidrogas, que é de autoria de Osmar Terra. Também estão com um grande desafio com relação às comunidades terapêuticas, que estão proliferando e sendo legitimadas por diversas legislações. Tiveram a contrarreforma psiquiátrica, que veio acompanhada de uma série de portarias, inclusive, uma portaria interministerial sobre as CTs. Iniciaram a construção de um material para subsidiar COE e COF. Não conseguiram realizar a reunião do mês passado. Tiveram algumas produções de textos, que precisam retomar. A questão da 'Cracolândia' ainda demanda muita atenção e articulação com órgãos públicos, como o Ministério Público, Defensoria Pública e outros conselhos e permanecem em diálogo com os movimentos e entidades da região. As discussões têm interface com a questão de moradia, pois há um grande interesse imobiliário na região e as pessoas que moram estão sendo despejadas. Fizeram um ato unificado para o 18 de maio, diante desses retrocessos que estão vivendo, com todas as subsedes. Algumas optaram por não estar por conta das



736

737738

739

740

741742

743

744

745

746

747

748

749

750

751752

753

754

755

756

757

758

759

760761

762

763

764

765

766

767

768

atividades na região, mas grande parte percebeu a importância de realizarem este ato, porque foi um ato histórico, o maior da história, com aproximadamente 8 (oito) mil pessoas. Encerraram o 8° Prêmio Arthur Bispo do Rosário, no último de 17, com a cerimônia de premiação, que é também uma forma de reafirmar o posicionamento político em defesa da luta antimanicomial, dos direitos humanos e da voz do usuário. Expuseram as obras no Metrô Sé, em um local onde muitas pessoas puderam ver. Entende ser necessário fortalecerem os movimentos sociais, as pautas do CRP e as articulações. Há alguma incompreensão sobre a forma como o CRP SP pode ser parceiro, pois não deve se colocar apenas como financiador. Ocorreram algumas situações com relação à confecção de arte e das divulgações que foram desgastantes. Considera que devem colocar acima de tudo a defesa dos direitos humanos, a garantia do direito à vida. Tem se organizado para realizar as nossas ações previstas no Planejamento Estratégico, mas, sempre acaba não sendo contextualizada a partir de tudo que vai acontecendo. Precisam sempre ir adequando as situações. Dentro do possível, tem sido feita uma representação bastante importante nesses espaços e é um desafio manter e fortalecer essa participação. Rodrigo Presotto traz que muitas questões foram atravessadas pelo desmonte das políticas de saúde. Na reunião do Núcleo realizada em março definiram a realização de reuniões ampliadas para fazer a discussão sobre a política de álcool e drogas. Núcleo Justica - Larissa Gomes Ornelas cita que um assunto muito importante tem sido as discussões sobre o Núcleo Justiça. Trouxe essa pauta na plenária passada. Estão fazendo uma série de ações, parcerias e estão em contato com várias entidades. Trata-se de um contexto difícil, recentemente, um provimento do TJ colocou entre as atribuições do psicólogo e do assistente social a tomada de depoimento. Têm pensado em uma série de encaminhamentos com relação a isso. Além disso, terão o lançamento de um vídeo sobre esse tema dirigido à categoria e à sociedade. Há sempre novidades nesse campo, inclusive, envolvendo muitos trabalhadores da assistência. Houve também mudanças e desmontes nas políticas de vínculo familiar comunitário. Há membros do NJ nos movimentos de proteção. Realizarão no início do segundo semestre um evento junto com o Núcleo Psicologia e Deficiência sobre a questão da autonomia da pessoa com deficiência e a judicialização das questões de curatela, onde devem participar, também, profissionais do direito do Ministério Público, da Defensoria e etc. Também entende a necessidade de pensarem sobre o convenio que o CRP SP tem com o MP. Núcleo Psicologia e Povos Tradicionais – Maria Mercedes Guarnieri informa que entrou recentemente no Núcleo, como coordenadora adjunta. O Núcleo é coordenado por Bruno Simões Gonçalves. Ele é responsável por articular todas as ações. Houve três reuniões após a saída de Mary Ueta



771

772773

774

775

776777

778

779

780

781

782

783

784

785786

787

788

789

790

791

792

793

794

795796

797

798

799

800

801

802

803

da coordenação. Portanto, gostaria que ela complementasse com as questões que ela acompanhou. Estão procurando seguir o Planejamento Estratégico, que inclui a participação em atividades em comunidades e territórios com povos /populações tradicionais e aproximação com as lideranças. Cada subsede tem feito a aproximação com essas populações em seus territórios. Está sendo construído, em articulação com o Conselho Federal de Psicologia o 'I Encontro da Rede de Articulação: Psicologia, Povos Indígenas, Quilombolas, de Terreiro, Tradicionais e em luta por território', que será realizado entre os dias 07 e 09 de setembro. Essa atividade tem atividades prévias, onde as subsedes fazem a articulação e diálogo com essas populações em seu território sobre o papel da Psicologia junto a essas lideranças. O Brasil foi construído em cima do genocídio dessas populações. Mary Ueta relata que, em relação ao Encontro citado, é importante que se deixe claro o trabalho da Psicologia nas Políticas Públicas. Entende que o Encontro seria para não somente identificar o trabalho da/o psicóloga/o, mas também da rede que compõem. Considera importante que consigam avançar com as questões quilombolas. Núcleo Sexualidade e Gênero – Bruna Falleiros relata que no dia anterior tiveram uma reunião do Núcleo. As eleições estão se aproximando e, principalmente, as questões LGBT ficam mais intensas, especialmente com alguns discursos reacionários. As questões relacionadas à violência contra as pessoas LGBTs e contra mulheres ficam mais em evidência. Relata também que há uma articulação com a Liga Brasileira de Mulheres Lésbicas, e que há grande ocorrência da violência do estupro 'corretivo' contra essa população. No dia da visibilidade lésbica, fizeram o primeiro evento no CRP SP a respeito dessa temática, pelo menos na história recente. Também discutem a questão do aborto, que é um assunto bastante em voga. Estão, inclusive, compondo a organização de um amicus curiae sobre a questão do aborto. Houve uma audiência pública em Brasília sobre o Projeto de Lei e o CRP SP indicou Daniela Pedroso para ser sua representante, mas não foi selecionado para ter fala, mas o CFP sim. Relata que está havendo dificuldade em articular com o CFP, pois poderiam ter combinado juntos a inscrição para fala nessa audiência, pois Daniela Pedroso é um nome extremamente significante nessa discussão, pois atua há 20 (vinte) anos no Hospital Pérola Byington, que é o maior hospital do país que trata dessa questão. Relata que é comum que o CFP esteja presente em atividades em São Paulo sem compor com o CRP SP e está havendo alguns desencontros, inclusive, em eventos relacionados à temática específica da sexualidade e gênero. Haverá uma manifestação no Rio de Janeiro e em São Paulo em defesa do aborto, e pensaram em gravar um vídeo com Daniela Pedroso tratando dessa temática e indicando que o CRP SP compõe essa defesa. Fazem as defesas das Resoluções CFP nº 01/99 e 01/18. Tiveram



806807

808

809

810

811812

813

814

815

816

817

818

819

820821

822

823

824

825

826

827

828

829

830

831

832

833

834835

836

837

838

um evento de lançamento da Resolução CFP nº 01/18. Considerou interessante porque juntaram as discussões da questão das psicólogas que trabalham no processo transexualizador com a elaboração de um documento que não seja nem patologizante, nem normativo, para o encaminhamento para a hormonioterapia. Outra questão foi a preocupação que têm com as pessoas não cis em espaços de privação de liberdade, como as comunidades terapêuticas, onde, para serem acolhidas e não sofrerem represálias, precisam assumir uma performance. Então é uma pauta que precisa ser observada pela COF, pelo Núcleo Saúde e pela Comissão de Direitos Humanos, inclusive para que seja verificado, durante as fiscalizações se há o processo de 'cura' da sexualidade. Outra questão, é que as/os membras/os questionam frequentemente sobre os ressarcimentos de custos para participar das atividades, por conta da demora para pagamento das ajudas de custo, o que está criando uma situação constrangedora. Núcleo Psicologia e Relações Etnicorraciais - Ivani Francisco de Oliveira comenta que há quatro grandes ações: a elaboração de uma cartilha sobre racismo institucional, realização do Prêmio Jonathas Salathiel, que premiará trabalhos relativos à diversidade racial, realização de um seminário sobre as condições da população negra no pós-abolição, trata-se de um seminário de dois dias na Universidade Cruzeiro do Sul que contou com a participação de pessoas de destaque no âmbito da discussão sobre a discriminação racial no Brasil. Há a proposta de transformar as falas dos palestrantes em uma publicação online. Farão Campanha sobre o Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, com destaque para as psicólogas estudantes que trabalham com a temática, que atuam nas diversas áreas da Psicologia. Cita que estão participando das reuniões da Comissão de Direitos Humanos, que tem o Reginaldo Branco e Maria Mercedes Guarnieri na Rede de Enfrentamento contra o genocídio. Relata dificuldade em realizar as reuniões descentralizadas e considera que o plenário precisará repensar a resolução que cria os núcleos, nos critérios de participação. Estão discutindo a elaboração de uma nota a respeito da condição da população negra brasileira. Relata que recebem muitas denúncias e há uma dúvida sobre como devem atuar em relação a isso, pois algumas denúncias gerarão processos éticos, pois envolvem psicólogas/os. Para as outras, talvez possam construir um posicionamento e, nesse sentido, gostaria de respaldo jurídico para essa construção, de modo que não interfira nos processos éticos que estão sendo abertos. O núcleo tem recebido algumas solicitações de que acompanhe os concursos públicos, no que se refere à cota racial. Núcleo Psicologia e Deficiência – Beatriz Mattos relata que nas ações que constam no Planejamento Estratégico há muita coisa relacionada a questões internas do CRP SP. Na gestão passada, realizaram um levantamento de todos os processos de acessibilidade de



841

842843

844

845

846847

848

849

850

851

852

853

854

855

856

857

858

859

860

861

862

863

864

865

866

867

868

869

870

871

872

873

todas as subsedes e da sede. Agora, estão dando continuidade à implantação desses processos: as subsedes receberam um e-mail que indicou as alterações que precisam ser feitas em cada uma. Pretendem ter isso finalizado até o final deste ano, com exceção ao prédio localizado na Rua Oscar Freire e ao imóvel de Campinas, que envolvem uma reforma maior. O núcleo também está avaliando consultoria para fazer diversas oficinas, em todas as subsedes a respeito da concepção do modelo social da deficiência. Como será necessária licitação, acredita que serão realizadas no primeiro semestre do ano que vem. Também estão no estudo sobre como fornecer curso de Libras para alguns trabalhadores do CPR SP. Também estão mapeando, junto à COF, algumas questões que chegam relativas à violação de direitos das pessoas com deficiência. Produzirão um documento de orientação à categoria, possivelmente, um caderno temático. Luciana Stoppa complementa que essa publicação seria resultado de um evento que pretendem fazer, que englobará várias temáticas de Direitos Humanos. Maria Rozineti Gonçalves recorda também que ocorrerá o 1º Congresso Nacional de Psicologia Bilíngue Libras/Português, no auditório do CPR SP, com o apoio de cessão de espaço. Estão em contato com uma das organizadoras para que haja uma composição com representante do CRP SP, para uma maior aproximação. **Núcleo Criança e Adolescente** – Maria Mercedes Guarnieri conta que um de seus objetivos, no decorrer da gestão, é a questão da transversalização dos diversos debates. É composto por pessoas de diversas áreas da Psicologia. São inúmeras demandas, pois aquilo que aparece em outros núcleos, tem interface também com este. Relata que há uma pessoa com deficiência no Núcleo, também, e que também tem solicitado mudanças na questão de acessibilidade do CRP SP. Em julho ocorre o aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Há a perspectiva de destruição do ECA, uma vez que está recortado em diversos pontos por questões que permeiam as questões da Justiça, da Assistência Social e da Saúde. Tem discussões voltadas às crianças e adolescentes em situação de rua, trabalho infantil, medidas socioeducativas, exploração sexual, convivência familiar comunitária, acolhimento institucional e educação às crianças e jovens indígenas, quilombolas e ribeirinhas, direitos sexuais e reprodutivos, filhos de pessoas encarceradas, movimentos estudantis, medicalização, patologização e judicialização da vida e relações étnico-raciais. Pensam essas questões, também, em relação à América Latina. Há uma dificuldade de transversalização, precisariam ampliar o número de membros do Núcleo Criança e Adolescente. Sobre saúde mental, uma das subsedes fez uma atividade para o 18 de maio sobre essa questão. Mas, ainda há uma invisibilidade em relação às crianças e adolescentes nas discussões de saúde mental. Está planejado, também, debate sobre



876877

878

879

880

881 882

883

884

885

886

887

888

889

890

891892

893

894

895

896

897

898

899

900

901

902

903904

905

906

907

908

suicídio, que ocorrerá em grande parte das subsedes. Para a Campanha do ECA, estão junto com diversos movimentos e entidades, e trarão qual ECA defendem, uma vez que atualmente ele está todo recortado. Há, ainda, a questão do Depoimento Especial, que é também um recorte do ECA. E, além disso, há também o debate acerca das medidas socioeducativas, que ocorre desde a promulgação do ECA. Têm conseguido reunir pessoas de diversas medidas educativas. Também voltou à tona a discussão sobre a Unidade Experimental de Saúde no CPR SP, para a qual tem o apoio de Gabriela Gramkow. Conjuntamente ao Ministério Público, conseguiram pactuar com o governo do estado uma conduta que cesse a entrada de jovens na UES e de traçar um plano de desinternação desses cinco jovens, sendo um adolescente, que se encontram internados nesse espaço. Há as Conferências Municipais e Estaduais dos Direitos das Crianças e Adolescentes, que as/os colaboradoras/es têm participado na medida do possível. Comenta sobre o Estatuto da Ações, que dividiria o ECA. Comissão de Direitos Humanos – Maria Mercedes Guarnieri comenta que as tarefas são dividas na Comissão. Estão trabalhando a pauta de idosos, sendo que algumas subsedes farão debate sobre esse assunto. Também, um debate em conjunto com a Comissão de Políticas Públicas, sobre a instituição familiar no contexto de uso de álcool e outras drogas e de mulheres encarceradas. Há uma grande demanda da Defensoria, do GT Maternidades, em que ela tem se revezado com uma representante da CPP no acompanhamento das reuniões. Conta que Reginaldo Branco está cuidando da organização do Prêmio Marcus Vinicius, e o tema sugerido para este ano é Educação em Direitos Humanos. Também, junto ao Núcleo Sexualidade e Gênero, estavam coletando depoimentos de pessoas LGBT que passaram por tratamentos de reversão. Estão articulando também com a Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio. E estão prevendo uma Campanha sobre o genocídio, para sensibilizar a população. Relata também que há muitas questões ocorrendo no centro da cidade de São Paulo, como o desabamento da ocupação no Largo do Paissandu e a Cracolândia, que fazem parte de uma política de genocídio que já ocorre nas periferias e nos presídios há muitas décadas. REPACTUAÇÃO DO HORÁRIO DA PLENÁRIA -Indica-se que, pelo adiantado da hora, seria interessante que as falas não passassem de 03 (três) minutos. Considerações do plenário: 1) A mesa diretora pontua que quando avisa sobre o tempo, é acusada de cercear fala e que, desse modo, não irá controlar o tempo. 2) Comenta-se sobre a necessidade de deliberar questões a respeito do Jornal Psi e a possibilidade de repactuarem o teto para finalização da plenária. 3) Propõe-se que as Comissões Gestoras possam falar sobre suas subsedes, com tempo de três minutos, o que poderá ser aprofundado no próximo Fórum de Gestores. E as discussões sobre COF,



910

911

912913

914

915

916 917

918

919

920921

922923

924

925

926

927

928929

930

931

932

933

934

935

936937

938

939

940

941

942

943

COE e CPP podem ser realizadas em outra plenária. 4) Sugere-se, ainda, que repautem todas as Comissões que não conseguiram expor e que o restante da plenária seja para discussão dos destaques realizados no que foi apresentado até aqui e para o ponto de recomposições dos coletivos. Encaminhamento: O plenário decide repautar a exposição das Comissões Gestoras, de Políticas Públicas, de Orientação e Fiscalização e de Ética. Continuarão com os destaques feitos nas exposições realizadas até o momento, com a pauta do Jornal Psi e, em seguida, com o ponto "Recomposições". O teto da plenária foi repactuada para às 17h30. X) PANORAMA POLÍTICO DO CRP SP (CONTINUAÇÃO) -Considerações do plenário: 1) Núcleo Trânsito e Mobilidade Urbana: a) Beatriz Brambilla destaca que foram apontadas, principalmente, questões relacionadas às questões de trabalho das/os psicólogas/os e que, por isso, o Sindicato está acompanhando. Mas, tem dificuldade de compreensão do funcionamento da política. Não sabe se há uma proposta do Sistema Conselhos pra um modelo de funcionamento relacionado à questão da CNH -Carteira Nacional de Habilitação. Questiona qual a proposta do Sistema Conselhos para essa política de trânsito. Não fica claro se o Sistema Conselhos defende a avaliação psicológica para todos os casos e o que significa um modelo de atuação das/os psicólogas/os em uma política de acompanhamento das/os condutoras/es no Brasil. Se é defendido o modelo de avaliação psicológica compulsória. b) Juliel Modesto explica que há um único posicionamento do Conselho Federal de Psicologia com relação à avaliação psicológica pela manutenção dela nos moldes do que já é feito, de ampliação para todas as renovações. Então, seria uma avaliação periódica na perspectiva da saúde. Seria, então, manter a avaliação nesse formato, mas para subsidiar outra perspectiva. Saiu o primeiro relatório provisório sobre o Novo Código de Trânsito, o relatório provisório, e CFP já se posicionou para que o texto considerasse que a avaliação psicológica fosse ampliada para todas as renovações, um primeiro passo, para depois se discutir o modelo. Portanto, manter a avaliação psicológica compulsória no contexto do trânsito, que seria algo semelhante ao defendido em relação ao porte de armas. c) Luciana Stoppa comenta é importante que se pense também sobre as questões de mobilidade urbana e a inserção da Psicologia nessa discussão, assim como a atuação na formação de condutores, na prevenção de acidentes. d) Rodrigo Toledo sugere que o NTMU faça uma discussão com COE e COF, para que pudessem pensar ações juntos, pois, por exemplo, grande número de processos éticos envolvem a questão da avaliação psicológica para obtenção de CNH. Precisam pensar mais sobre a patologização da vida, de maneira geral, para terem posicionamentos mais precisos. e) Beatriz Brambilla sugere que possam pensar sobre as contribuições que a Psicologia pode trazer para o currículo do CFC. Discutem a prevenção



946947

948

949

950

951952

953

954

955

956

957

958

959

960961

962

963

964

965

966

967

968

969

970971

972

973

974

975

976

977

978

dos acidentes de trânsito e o uso de álcool e outras drogas, mas podem ampliar a discussão sobre os meios de transporte e locomoção, a circulação na cidade e os meios de segregação espacial, com recortes sobre pessoas com deficiência, população negra e a população periférica. Entende que deve se tratar de uma pauta política e não trabalhista. 2) Núcleo Saúde: a) Regiane Aparecida Piva comenta sobre a fala de Ed Otsuka, de que o Núcleo está construindo subsídios para a COF, sendo que já discutiram em plenária que um Núcleo não constrói subsídios. Quando estavam preparando a pauta da APAF, sabiam que a minuta de Resolução sobre CTs estava sendo feito e encaminharam a solicitação de que o Núcleo Saúde encaminhasse o material, mas a solicitação foi ignorada. Pede que estejam juntos nessas questões. b) Luciana Stoppa explica que as questões internas referentes às ações da Luta foram relativas a licitações, pois algumas questões foram trazidas de forma atravessada. Foi difícil resolverem a questão dos ônibus, uma vez que as rotas recebidas não contemplavam todas as subsedes. Para além dos problemas nos processos de trabalho, a forma como solicitam, muitas vezes, também atrapalha os trabalhos do setor responsável pelas licitações. c) Ed Otsuka pontua que, sobre o trazido por Regiane Piva, discutiram a questão em plenária. Estavam produzindo um material e desejam fazer isso conjuntamente. Tem, reiteradamente, solicitado novas datas, pois as reuniões são sempre agendadas para um mesmo dia da semana e mesmo horário, o que impossibilita a participação do núcleo. Em muitas plenárias éticas já foi solicitado que o Núcleo Saúde pudesse trazer referenciais e é isso que estão produzindo. Com relação ao ônibus, relata que há uma ação no Planejamento Estratégico e que a atividade entrou como pedido de apoio dos movimentos sociais que compõem a articulação do dia 18 de maio. Alguns custeios, pelo NS, já estavam previstos nessa solicitação. Todos haviam concordado que seria um ato unificado, com a participação de todas as subsedes. O processo demorou muito com a Diretoria e praticamente ficaram sem tempo para fazer a licitação. Foi atrás dos diversos setores do CRP SP, e, em dado momento, foi informado que o edital havia sido cancelado. Lhe informaram que estavam consultando as subsedes sobre a participação e qual seria a rota. Com isso, cortaram os ônibus de São José do Rio Preto e Sorocaba, sem consulta ao núcleo. Conseguiram contornar a situação de Sorocaba, mas São José do Rio Preto ficou de fora. A mesma situação ocorreu no Encontro de Bauru, que houve uma intervenção da Diretoria que resultou na impossibilidade de contratação dos ônibus. Foi feito um atravessamento, sem consulta ao Núcleo. 3) Núcleo Justiça: Alexandre Ângelo comenta que estão, Inter núcleos, discutindo a questão da Escuta Especial e também do PL da adoção. Pede a todas/os que tenham atenção a esse tema, que está reverberando em todos os aspectos. Devido ao desmonte



980

981

982983

984

985

986 987

988

989

990

991

992

993

994

995

996 997

998999

1000

1001

1002

10031004

10051006

1007

1008

1009

1010

1011

1012

1013

do SUAS, está difícil articular as/os trabalhadoras/es para discussão dessa pauta, que está sendo feita pelas/os psicólogas/os do sistema judiciário. Encaminhamento: 1) Quanto a questão referente à licitação de ônibus para a comemoração do 18 de maio, será tratado em momento oportuno, de posse do processo. 2) Deve-se ampliar a discussão sobre o PL da adoção, inclusive com o Núcleo de Assistência Social. 3) Com relação a dificuldade de composição e representação apontada por alguns coletivos, o plenário delibera que seja feita uma revisão da Resolução de Núcleos. Para isso, constitui-se um Grupo de Trabalho que fica responsável por trazer uma proposta de texto da revisão para o plenário. O GT é composto por: Mary Ueta, Ivani Francisco de Oliveira, Maria Mercedes W. K. V. Bicudo, Edgar Rodrigues e Beatriz Brambilla. Beatriz Brambilla será a responsável pela articulação XII) RECOMPOSICÕES realização de reunião com essa finalidade. Encaminhamento: O plenário aprova, em bloco, as recomposições propostas: Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte - Inclusão do membro Ricardo Xavier de Araújo (06/132067). Subsede de Ribeirão Preto - Inclusão da membra Emanoela Priscila Toledo Arruda (06/107551). Comissão de Ética – a) Comissão Gestora Metropolitana– Inclusão de Jumara Sílvia Van de Velde (06/7616) como membra. b) Subsede Grande ABC – Exclusão dos membros Antonio Carlos Freitas (06/40167), Maria Izilda Soares Martão (06/16040) e Raquel Schmidt Ferraz (06/114939). c) Subsede de Campinas - Inclusão das/os membras/os Daniel Brandão de Souza (06/53570) e Bruna Borba de Araújo (06/118037) e alteração de colaboradora para membra Carolina Helena Almeida de Moraes Sombini (06/60553). Comissão de Orientação e Fiscalização - a) Subsede São José do Rio Preto -Inclusão da colaboradora Camilla Soligo Dias (06/143017). b) Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira – Exclusão das/o membras/o Alexandra Lelis dos Santos (06/127655), Ana Paula Hachich de Souza (06/74115), Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso (06/4595) e Mitchel Oliveira da Silva (06/108152). c) Subsede de Bauru - Inclusão da/os colaboradora/es Edson Neves Terra Junior (06/95824), Fabiano Boghossian Esperança (06/90723) e Rosimeire Ferreira (06/109895). Comissão de Direitos Humanos - a) Núcleo Psicologia de Deficiência - Inclusão como membra de Beatriz Marques de Mattos (06/39077). b) Subsede de São José do Rio Preto - Inclusão de Maria Carolina Gatti (06/70857) como membra. Comissão Gestora Metropolitana - Inclusão de Luiz Carlos Francisco Junior (06/78834) como membro. Núcleo Emergência e Desastres - a) Subsede São José do Rio Preto - Exclusão de membra Titular Marina Junqueira Zampieri (06/85091). Núcleo Psicologia e Deficiência - a) Subsede Grande ABC - Exclusão da membra suplente Cláudia Geovânia Batista (06/84031). b) Subsede de Campinas -Alteração de membra titular para suplente de Lívia Rech de Castro (06/109092) e inclusão



1015

1016

10171018

1019

10201021

1022

1023

10241025

1026

1027

1028

1029

1030

10311032

de Carla Fernandes de Andrade (06/106306) como membra titular. Núcleo Psicologia e Povos Tradicionais - a) Inclusão de Entidade - Inclusão de NEPAIDES (Núcleo de Estudos para Prevenção da Aids - Instituto de Psicologia - USP) como entidade colaboradora. b) Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira - Exclusão da membra Tayná Alencar de Souza (06/83455), a inclusão de Vinicius Duarte de Oliveira (06/144540) como membra titular e inclusão Mary Ueta (06/64673) como membra suplente. c) Subsede de Campinas - Indica-se a inclusão de Cinthia Cristina da Rosa Villas Boas (06/104781) como membra. Núcleo Psicoterapia - a) Subsede São José do Rio Preto - Inclusão de Luciano Pereira dos Santos (06/24423) como membro titular. <u>Núcleo Trânsito e Mobilidade Urbana - a)</u> Subsede São José do Rio Preto - Inclusão de Roselaine de Oliveira Giusto (06/90044) como membra suplente. XIII) REPRESENTAÇÕES EM ÓRGÃOS DE CONTROLE SOCIAL - 11.1) Conselho Municipal de Educação de Assis - Indica-se a inclusão das membras Elisabeth da Silva Gelli (06/818) como representante titular e Dirceu Duarte Gomes (06/143954) como representante suplente. Encaminhamento: Aprovadas as inclusões sugeridas. Nada mais havendo a tratar, a senhora conselheira presidenta Luciana Stoppa dos Santos, deu por encerrada a sessão às 17 horas e 45 minutos, da qual eu, conselheira secretária, Suely Castaldi Ortiz da Silva, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada por todos os presentes. São Paulo, 16 de junho de 2018.

Aristeu Bertelli da Silva

Evelyn Sayeg

Luciana Stoppa dos Santos

Maria Rozineti Gonçalves

Regiane Aparecida Piva

Rodrigo Toledo

Suely Castaldi Ortiz de Oliveira

Beatriz Borges Brambilla

Beatriz Marques de Mattos

Bruna Lavinas Jardim Falleiros

Ed Otsuka

Edgar Rodrigues



Ivani Francisco de Oliveira	Larissa Gomes Ornelas Pedott
Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira	Mary Ueta
Bicudo Guarnieri	
Rodrigo Fernando Presotto	